



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679612 - CE (2021/0216655-5)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : JOSE AMILTON SOARES CAVALCANTE
ADVOGADO : JOSÉ AMILTON SOARES CAVALCANTE - CE029099
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : RONIELLE MAIA DE SOUSA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RONIELLE MAIA DE SOUSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (00506410220218060070).

O paciente foi preso e autuado em flagrante em 23/6/2021, em razão de ter supostamente praticado o crime descrito no art. 157, *caput*, do Código Penal. A prisão foi convertida em preventiva em 23/06/2021.

O impetrante sustenta que o paciente "teria subtraído uma carteira contendo RG, CPF, cartão do SUS e R\$8,00 (oito) reais e teria dado dois tapas na vítima que não lhe causaram nenhum machucado, pois a mesma estava de capacete." (fl. 6).

Aduz ainda, que "o decreto prisional é nulo por deficiência de fundamentação e desproporcionalidade com o caso concreto, devendo, portanto, ser revogado" (fl. 16).

Requer, "seja superada a súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, tendo em vista a flagrante ilegalidade que autoriza a intervenção desta Augusta Corte, ainda que seja de ofício, para conceder liminarmente" (fl. 16). No mérito, pugna pela concessão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO

PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto observa-se que as alegações apresentadas em favor do paciente não foram ainda apreciadas pelo Tribunal a quo, que entendeu ser imprescindível ouvir previamente a autoridade coatora. De tal sorte, não cabe a apreciação por essa Corte Superior, sob pena de supressão de instância.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente